

Costa, Paulo Patrício; Spinola, Tatiana

Conference Paper

Centralidade e influência internacional: A experiência da fundação da cidade do Salvador sob o ciclo econômico do pau-brasil

55th Congress of the European Regional Science Association: "World Renaissance: Changing roles for people and places", 25-28 August 2015, Lisbon, Portugal

Provided in Cooperation with:

European Regional Science Association (ERSA)

Suggested Citation: Costa, Paulo Patrício; Spinola, Tatiana (2015) : Centralidade e influência internacional: A experiência da fundação da cidade do Salvador sob o ciclo econômico do pau-brasil, 55th Congress of the European Regional Science Association: "World Renaissance: Changing roles for people and places", 25-28 August 2015, Lisbon, Portugal, European Regional Science Association (ERSA), Louvain-la-Neuve

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/124848>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.



UNIVERSIDADE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO
DOCTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

CENTRALIDADE E INFLUÊNCIA INTERNACIONAL:
A experiência da fundação da cidade do Salvador
sob o ciclo econômico do pau-brasil.

**CENTRALIDADE E INFLUÊNCIA INTERNACIONAL:
A experiência da fundação da cidade do Salvador
sob o ciclo econômico do pau-brasil.**

(CENTRAL PLACES AND INTERNATIONAL INFLUENCE:
The experience of the founding of the city of Salvador
in the *pau-brasil* economic cycle.)

**Paulo Patrício Costa¹
Tatiana de Andrade Spinola²**

RESUMO

Este artigo propõe uma análise da centralidade, tanto na dimensão urbana como na regional, como produto dos interesses internacionais, usando a metodologia de estudo de caso histórico, adotando como objeto um tema por muitos considerado como esgotado que é o da fundação da cidade do Salvador e, obviamente, dos primeiros passos da nação brasileira, com uma análise a partir do seu primeiro ciclo econômico: ciclo do pau-brasil. Na construção das ideias e no resgate histórico privilegia o setor terciário, buscando evidências históricas concretas de sua lenta aceitação socioeconômica até o advento do capitalismo. Faz uma releitura do conceito de formação das cidades e seu metabolismo e de alguns de seus elementos intrínsecos. Conclui que Salvador, por falta de um mercado interno levou mais de cinquenta anos baseado num comércio de produtos básicos de subsistência, em contrapartida Salvador já nasceu como a principal centralidade regional do hemisfério Sul do século XVI se mantendo nesta condição até o século XVIII.

PALAVRAS-CHAVES:

Centralidade Urbana, Centralidade Regional, Salvador, Pau-brasil, Economia Urbana

¹ Administrador de Empresas, Mestrado e Doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador - UNIFACS - Salvador - Bahia - Brasil. paulo@patriciocosta.com.br

² Engenheira Civil pela Universidade Católica do Salvador (1990), Mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2001) e Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Urbano. E-mail: tas.spinola@gmail.com

ABSTRACT

This article proposes an analysis of centrality, both the size of the urban center as the regional, as a product of international interests (exogenous), using the historical case study methodology, adopting as its object a theme widely considered to be exhausted that is the Salvador city's founding and of course, the first steps of the Brazilian nation, with an analysis will from their first economic cycle: pau-brasil cycle. In the construction of ideas and historical recovery favors the tertiary sector, seeking concrete historical evidence of its slow socioeconomic acceptance until the advent of capitalism. Makes a rereading the concept of formation of cities and your metabolism and some of its intrinsic elements. Salvador concludes that, for lack of an internal market took more than fifty years based on trade in basic subsistence products, on the other hand Salvador was born as the main regional centrality of the South of the sixteenth century remained in this condition until the eighteenth century.

KEYWORDS :

Urban Centrality, Regional Centrality, Salvador, Pau-brasil, Urban economy

1 – INTRODUÇÃO:

As cidades se formam como função interesses socioeconômicos concêntricos num dado espaço temporal apropriando-se de um determinado território onde deixam tatuado morfologicamente, as características resultantes dos processos de trocas e acumulação contínua dos indivíduos atraídos por este fenômeno de construção social localizado. Contudo, além desta generalização conceitual, a formação das cidades precisa ainda de inúmeros outros fatores para que venham a se constituir, entre os quais destacamos, essencialmente, dois aspectos indissociáveis: a continuidade e a contextualidade. A continuidade é o que leva à lógica do movimento contínuo e crescente dos interesses de suas trocas e de seus processos de acumulação, que acabam por se tornar a matéria prima da morfologia impressa na construção das cidades; o outro aspecto é o da contextualidade, visto que a cidade é essencialmente um fenômeno de construção socioeconômico e por isso estará indissociavelmente ligada à história cultural de um determinado povo geograficamente localizado, mas diretamente subordinada aos seus contextos socioeconômicos locais, regionais e, no mundo globalizado, internacionalmente influenciado (PEDRÃO, 2007).

A continuidade, por sua vez, precisa de combustível para o seu metabolismo. Este combustível é o trabalho, que nas sociedades pré-industriais poderia estar associado apenas à terra, mas que no contexto globalizado do século XXI, vai estar associado ao capital; porém este capital, por sua vez, está cada vez mais associado ao capital internacional, ou ao “grande capital”. Assim “a urbanização é o principal resultado da mobilização do trabalho e da concentração territorial de trabalhadores.” (PEDRÃO, 2007 p. 3). As categorias trabalho e capital tornam-se, essencialmente, o combustível das cidades, que irão operar de diferentes formas em cada espaço e em cada tempo, a depender das suas escolhas estratégicas, gerando problemas e necessidades socioeconômicos e uma frenética busca de oferta de soluções para atender a estes mesmos problemas e necessidades, criando um outro elemento fundamental constituinte das cidades que é o mercado, o qual, por sua vez, se desenvolve retroalimentado

por todos os demais fenômenos; contudo, preponderantemente associado à regência do mercado internacional.

Toda cidade é por si própria uma centralidade, e obrigatoriamente uma centralidade regional, mesmo que limitadamente em termos do alcance dos bens centrais de que dispõe, seja esta região de pequena, média ou grande importância para o conjunto regional. Isto porque é fruto da convergência de interesses socioeconômicos concêntricos de um conjunto, grande ou pequeno, de indivíduos movimentando trabalho e capital. Mesmo sendo, em essência, uma centralidade definida, as cidades, em sua morfologia funcional, desenvolvem áreas de maior convergência e de maior concentração socioeconômica no seu espaço interno, denominadas centro da cidade, que podem ser reflexos de mecanismos naturais ou intencionais, ou ambos, “trabalho/capital”. A natureza deste processo (se predominantemente econômico, ou social) irá influenciar na utilidade preponderante daquele centro. Contudo, independentemente da natureza da preponderância a centralidade sobreviverá, sempre, tangenciada por fatores socioeconômicos interligados, inter e intradependentes, subordinados a um contexto socioeconômico local e regional, regenciados pela influência e interesses do grande capital internacional.

A cidade pode desenvolver centralidade urbana única (monocêntrica) ou múltipla (policêntricas – quando coexistem na mesma malha urbana dois ou mais centros) voltadas para atender diferentes fenômenos sociais ou econômicos, diferentes classes sociais ou diferentes interesses econômicos, que invariavelmente acabam se reproduzindo de forma combinada; assim ao final, todas estas combinações se resumem na tautologia do termo socioeconômico.

Esta dinâmica de convergência é explicada por Christaller (1933) em sua “Teoria dos Lugares Centrais”, que podem ser medidas por “sua importância relativa e hierárquica em relação a região circundante” (SPINOLA, 2003, p.34), ou simplesmente a “hierarquia dos lugares centrais” (SPINOLA, 2003, p.35). Assim, quanto ao porte e relevância, a hierarquia dos lugares centrais pode ser classificada – utilizando-se de um critério de classificação mais atual - como “centro” ou “subcentro”, adaptado à luz de Christaller (1933), o centro com oferta de bens e serviços de longo alcance – capaz de atrair indivíduos de outros bairros, de outras cidades da região, de outras regiões e até de indivíduos de outros países – enquanto que o subcentro é caracterizado por uma convergência de média concentração de bens e serviços de curto alcance – sustentado preponderantemente por consumidores residentes na própria

freguesia³ ou de bairros imediatos que ainda estão com o seu próprio subcentro⁴ em desenvolvimento.

Referindo-se aos modelos de edificações urbanas e aos consequentes impactos nos modelos de urbanismo, Horácio Capel (2013, p.38) aborda os aspectos destas influências internacionais impressos no urbanismo como reflexo dos ciclos econômicos nas cidades. Assim escreve:

Desde los años 1950 el interés de los economistas por los ciclos económicos les condujo a investigar los que se producían en la construcción. Desde bien pronto se descubrió una característica importante de dicha industria, a saber: la existencia de grandes variaciones en las intervenciones en construcción, y la relación estrecha con la coyuntura económica. La existencia de ciclos, con fases de crecimiento y de disminución de la actividad constructiva se puso en relación con el mercado del capitales y con la evolución de la coyuntura económica en general.

Capel nos mostra que é possível a análise da formação das cidades a partir do rebatimento de seus ciclos econômicos. A dependência e influência internacional sofrida pelas cidades, mais especialmente no contexto globalizado deste início de século XXI, não se dá de forma estritamente opcional e ocasional, ao contrário, se dá de forma compulsória e invariante, embora apresente intensidades e grau de influências variáveis em função do grau de alinhamento e o grau de soberania da nação em que a cidade está inserida em relação ao capital central internacional.

Segundo Pedrão (2007, p. 6) a urbanização “sempre se realizou com alguma margem de internacionalidade, porque as cidades sempre foram as bases de relações entre as nações e entre as regiões.”

Esta lógica de subordinação internacional aplica-se sobremaneira as cidades atuais, mas também as cidades surgidas no século XVI, como ocorreu com a fundação da cidade do Salvador. Portanto este ensaio propõe-se a analisar a formação da centralidade, nas dimensões da centralidade urbana e na dimensão regional, como resultante dos interesses do mercado internacional – influências exógenas - à partir do primeiro⁵ ciclo econômico brasileiro (ciclo

³ “As cidades, vilas e municípios do estado monárquico brasileiro, que ainda tinha o catolicismo como sua religião oficial, não eram divididas em bairros, mas sim, em paróquias ou freguezias. Em cada uma delas habitavam os “filhos” de uma determinada igreja matriz, designados em latim pelas expressões “*filius ecclesiae*” (o filho da igreja) ou “*filius gregis*” (o filho do rebanho) , expressões essas que, por corruptela, encontraram a sua tradução para o idioma português na palavra “freguesia”, que acabou tomando um sentido comercial.” (TEIXEIRA, 2011 p. 71).

⁴ Atualmente a Prefeitura de Salvador (PDDU 2007) reconhece três Centros e onze Subcentros.

⁵ Segundo os historiadores mais cuidadosos, o ciclo do pau-brasil deve, antes de tudo, ser considerado como um ciclo pré-colonial extrativista, visto que não existiu dentro dele colonização, pois colonização pressupõe fixação do homem à terra. Segundo Afonso Arinos (1932 P.34) “em 29 de Março de 1549, devido à morte de Pereira Coutinho pelos índios e o fracasso da capitania, Tomé de

do *pau-brasil*) atividade que antecede a fundação da cidade do Salvador, usando a metodologia de análise *ex-post facto* histórica, por ser o método onde as suas silhuetas socioeconômicas resultantes ficam melhores definidas e compreendidas.

2 – A CENTRALIDADE – INFLUÊNCIAS EXÓGENAS E ENDÓGENAS

Todas as cidades, inclusive as cidades das sociedades pré-industriais, inevitavelmente sofreram influências em sua formação por fatores de uma conjuntura socioeconômica delineada preponderantemente pelas escolhas políticas e estratégicas da nação em que está abrigada. Obviamente estas escolhas nem sempre ocorrem de forma exclusivamente por influência exógena ou endógena, tendo sempre um composto de ambas, visto que “cada cidade em cada momento representa uma combinação de conflito” (PEDRÃO, 2007 p. 3).

A centralidade surge como resultado de um metabolismo contínuo de trocas e acumulação, expressos em sua morfologia, por influências endógenas ou exógenas – geralmente combinadas, mas com preponderância para uma ou outra influência – as cidades são a expressão visível de suas escolhas coletivas históricas sobrepostas.

Influências endógenas – o surgimento do *burgos* (comércio)

No caso da influência endógena, geralmente orientada pelos fatores socioculturais, entre eles podemos destacar as suas tradições; mas também elementos da vocação⁶ econômica de cada nação e de cada cidade, fatores estritamente sociopolítico, como por exemplo a influência da sua elite dominante estabelecida; além de outros fatores isolados e fatores combinados.

Souza veio para o Brasil como Governador-geral, com ordens do rei de Portugal de fundar uma cidade-fortaleza chamada "do São Salvador", onde ficaria a sede deste governo. Com pau ou sem pau a cidade seria fundada."

⁶ A condição das nações [e cidades] possuem “vocação” econômica é objeto de muita controvérsia no universo acadêmico, visto que alguns economistas de viés marxista não aceitam esta lógica, defendendo que o grande capital internacional é quem estabelece, via de regra, o que será produzido ou não nas nações contemporâneas, especialmente nas nações da periferia globalizada.

Um exemplo histórico de transformações endógenas - talvez o mais importante para a identidade do mundo ocidental - foram as transformações sofridas na Grécia do século VIII a.C., logo após a sociedade helênica se tornar independente das explicações religiosas para os fenômenos da vida, e de se libertar da centralização do poder político baseado na figura do rei - modelo dominante nas sociedades daquele período histórico - alcançando a liberdade e a responsabilidade pelas escolhas coletivas daquelas Cidade Estado; abrindo caminho para o pensamento com liberdade de expressão, berço moral do desenvolvimento da *pólis*. Naquele movimento isolado do mundo antigo, em torno do papel de oferta de comércio e serviços do centro da cidade, emerge movimentos sociopolíticos endógenos que iriam estabelecer os paradigmas das sociedades futuras, especialmente para as sociedades eurocentrais, conforme os registros de Bernadette S. Abrão, 2004 p.17:

Na origem da pólis, [...] A partir do século VIII a.C.[na Grécia antiga], o renascimento do comércio – que ganha impulso com a invenção da moeda cunhada – termina com o isolamento das aldeias. [...] A sociedade torna-se mais complexa.[...] Também o centro da cidade sofre uma mudança radical. Passa a ser a ágora, a praça pública, onde acontecem as transações comerciais e as discussões sobre a vida da cidade, a começar por sua defesa. O acesso à ágora torna-se cada vez maior, estendendo-se, com a instituição da democracia, a todos os que têm direito à cidadania, ou seja, habitantes do sexo masculino, adultos, e sem ser estrangeiros ou escravos.

Após a ágora democrática urbano central, já no século XIV, emerge uma casta social nos flancos do enfraquecimento das monarquias nacionais europeias, consequência do enfraquecimento da nobreza e da Igreja, chamada burguesia (ABRÃO, 2004 p.128), dedicada ao comércio – que sempre existiu em todas as sociedades mas que era mal vista como uma prática de usurários atravessadores – surge de uma classe social.

dedicada às finanças, ao comércio e a manufatura, e que passou a apoiar política e economicamente a coroa em troca de proteção aos seus negócios cada vez mais dinâmicos e prósperos. A classe dos burgueses, como o próprio nome indica, compunha-se inicialmente dos habitantes dos *burgos*, isto é, fortificações de que surgiram as cidades medievais. A partir do século X, muitas delas formaram as *comunas*, um modo de organização social em que os cidadãos, livres das imposições do Império, do papado e da nobreza, estabelecem seu próprio destino. (ABRÃO, 2004 p.129)

Os *burgos* vão representar uma condição considerada endógena por elementos presente na própria concepção intramuros das cidades fortalezas medievais, também por forjar uma nova classe social de dentro do núcleo urbano e se impondo como modelo cada vez mais forte aos estados submerso em transições políticas daquela época – assim no sentido de transformação de dentro para fora como é usual em Análise Regional e Urbana - tornando-se precursores deste movimento que hoje conhecemos genericamente como o setor terciário,

fundamental e indispensável para o metabolismo socioeconômico das cidades contemporâneas. Nos *burgos*,

A principal atividade era o comércio e a manufatura, organizados em corporações. Voltados para gerar riqueza e não somente subsistência, como na vida rural as *comunas* prosperam e nelas se formaram famílias ricas e influentes – a burguesia propriamente dita –, que passaram a viver dos serviços prestados pelos trabalhadores. (ABRÃO, 2004 p.129)

Livres da pecha de usurários – uma vez que na revolução filosófica iluminista “o lucro” já não é mais visto como “pecado” – os burgueses, esta nova, influente, próspera e crescente classe social (ABRÃO, 2004 p.129) produziram os primeiros passos práticos no que viria a ser a economia liberal. Em contrapartida, os *burgos*, forjaram concomitantemente uma nova classe trabalhadora – a classe trabalhadora urbana - despartada da lógica laboral ligada à terra e despartada das ferramentas pessoais de ofício, que neste novo cenário renascentista tornaram-se ocupadas em ser oferta de trabalho para novas ocupações relacionadas ao comércio, a manufatura e os serviços isolados ou intercambiados com os dois primeiros, criando uma nova lógica trabalhista. Estas duas forças – capital burguês e trabalho - travam o jogo de forças que se dá no conflito de interesses interdependentes da produção urbana, até os dias atuais.

Mas a contribuição dos *burgos* foi além. Remexeram e mudaram valores éticos e econômicos do comércio. Na Itália - berço da cultura romana que o movimento Renascentista pretendia fazer renascer – foram retomados diversos temas oprimidos pelos paradigmas dogmáticos anteriores, mas que viriam a se colocar inseparavelmente do mundo capitalista que domina a economia do nosso tempo. Se o “lucro comercial” era reprimido pelos teólogos da Idade Média, o que dizer dos “juros”? Para os dogmas católicos medievais “Cobrar juros significava vender o tempo, que só a Deus pertence.” (ABRÃO, 2004 p.131). Mas para os comerciantes dos *burgos*

o tempo era um risco do qual retiravam seus ganhos. Por isso, apesar das proibições da Igreja, principalmente nas cidades italianas, os mercadores contabilizavam minuciosamente o tempo, para calcular ganhos e perdas. O tempo, assim, virou dinheiro e passou a pertencer ao homem. Não por acaso, o relógio [necessário para esquadrihar o tempo do trabalhador] é uma invenção do Renascimento. (ABRÃO, 2004 p.131).

Neste momento histórico de transição de paradigmas socioeconômicos é que surge a cidade do Salvador em 1549.

Influências exógenas – O surgimento da primeira capital do Novo Mundo

No caso da influência exógena, geralmente orientada pelos fatores internacionais e/ou por forças nacionais e regionais pressionados pelos fatores do mercado internacional, como aconteceu com o surgimento e a formação da cidade do Salvador, primeira capital e primeira centralidade regional do continente americano, antes mesmo de se constituir cidade.

Antes da revolução industrial e do aguaceiro tecnológico da mundialização globalizada dominante nesta aurora de século XXI, as influências exógenas - regionais e internacionais - sobre o metabolismo das cidades, grosso modo, podiam ser analisados pela lógica de suas escolhas estratégicas de importação e exportação, o que ocorreu com a cidade do Salvador desde a sua fundação em 1549 até o início da primeira metade do século XX; quando o Brasil e a Província da Bahia, num primeiro momento na condição de colônia da Coroa portuguesa, tinham seus fluxos influenciados, preponderantemente por Lisboa, porém com forte influência de capital e interesses ibéricos, batavo e normando; e num segundo momento, especialmente em função de Portugal ter a sua soberania submissa ao Império britânico, com rebatimento na economia de suas colônias - entre elas o Brasil - os fluxos da Bahia passaram também a ser orientados/influenciados pelos interesses de Londres, condição que transcendeu a Independência do Brasil e se manteve até o fim da República Velha⁷ no início do século XXI. Obviamente esta metodologia de análise, baseada em fluxos de importação e exportação, não poderia ser aplicada aos contextos internacionais dos dias atuais sem uma razoável relativização.

Analisar a influência das escolhas estratégicas do Brasil e de sua capital durante o período de Colônia sob o ciclo econômico do *pau-brasil*, implica em considerar a condição de uma nação ainda sem soberania e quase sem identidade, dado a tenra infância de sua existência, mas também pela condição da visão estratégica da Coroa lusitana, que via no Brasil do século XVI apenas uma fazenda agroexportadora – condição que vai dar nome ao Ministério que até os dias atuais cuida das finanças do país - o Ministério da Fazenda – ou seja uma visão de “desenvolvimento” extrativista.

A cronologia histórica oficial começa com a descoberta do continente sul americano pelo navegador português Pedro Álvares Cabral em 1500 no extremo sul da atual Bahia, enquanto que a descoberta das terras soteropolitanas, propriamente dita, ocorreu noutra

⁷ A “República Velha” é um período da história política do Brasil, que se inicia em 1889, com a proclamação da República, e vai até 1930.

expedição em “1501 pelo piloto florentino Américo Vespúcio”, que teria sido a primeira expedição a adentrar no “golfão denominado Baía de Todos os Santos” (TAVARES, 2001 p. 46). Porém as influências exógenas são estabelecidas muito antes, dado a conjuntura internacional estabelecida na época. Salvador - e obviamente o Brasil e todo o continente americano – é fruto de uma Europa em expansão. Segundo Tavares (2001, p. 35), “no século XIII [a Europa] já produzia utilidades e artigos de consumo destinados à venda”, entre eles o comércio de tecido que exigia fontes de corantes para seu tingimento..

A atividade comercial tornou-se considerável no século XIII nas cidades-estados italianas e na região de Flandres. Galeras de Gênova, Florença e Ragusa buscavam lã na Inglaterra e a levavam para o seus tecelões. Na etapa seguinte colocaram os tecidos na circulação comercial.[...] De Flandres saíam ou eram distribuídos os tecidos de lã e veludo, as sedas, o açúcar da Sicília e as especiarias (cravo, pimenta, noz-moscada e canela) chegada da Índia ou de pontos mais distantes pelo norte da África, dali alcançando as cidades italianas, em destaque Veneza (TAVARES, 2001, p. 35).

Os principais insumos deste comércio vinham da Índia onde o caminho por terra estava constantemente obstruído por conflitos, o que aumentava o risco e o custo das expedições por terra. Por conta deste aspecto estratégico, os países ibéricos associados a desenhistas italianos já vinham se dedicando ao desenvolvimento de cartas náuticas práticas – *portulani* – desde o século XIII, além do desenvolvimento e aperfeiçoamento de outros instrumentos voltados para o ofício da navegação (TAVARES, 2001, p. 38).

Descoberto o Brasil em 1500 e a cidade do Salvador tendo sido fundada somente em 1549, significa dizer que num período de mais ou menos 35 anos a Baía de Todos os Santos foi negligenciada pelos portugueses – assim como o Brasil foi negligenciado por quase todos os primeiros cinquenta anos - mas devido as constantes investidas de expedições francesas que traficou durante anos no largo litoral brasileiro no escambo de toros de *pau-brasil* e escravos nativos, além das notícias de descoberta de ouro nas colônias espanholas (TAVARES, 2001) *et al*, o Rei D. João III (1502:1557) resolve povoar a “fazenda” de *brasilis* com a nomeação e doação de terras a capitães que passavam a ter todos os direitos dos vastos territórios em sociedade com a Coroa lusitana. Então, em 1534, nomeia Francisco Pereira Coutinho como Capitão da Capitania da Bahia, que toma posse em 1537 quando fundou a primeira vila – digamos urbana - na enseada onde hoje é a praia do Porto da Barra, que depois ficou mais conhecida como a Vila Velha. Com a morte de Francisco Pereira Coutinho pelos Tupinambás em 1546, D. João III decide instituir um Governo-Geral para o Brasil e escolhe as terras da Baía de Todos os Santos para ser a sede do poder central lusitano das “Índias Ocidentais”. Em 1549 desembarca na enseada da mesma Vila Velha o primeiro Governador

Geral Tomé de Souza, com um *Regimento Real* com 40 instruções⁸, entre elas a fundação da primeira capital brasileira com uma planta projetada em Lisboa. O governo-geral criado 1548 teria função tríplice: militar, política e administrativa (TAVARES, 2001) *et al.*

A primeira fase dos fluxos de trocas internas (urbana) oficiais⁹ da cidade do Salvador, a mais primitiva de sua história, deu-se - em parte - em função da construção de seu núcleo cidade atendendo a estratégia da Coroa portuguesa de construir a primeira cidade planejada e primeira capital do continente americano para atender aos projetos de colonização das novas terras do Reino de Portugal. Portanto, a primeira atividade do que poderíamos chamar de “o metabolismo da primeira centralidade urbana” da cidade do Salvador, teria sido o equivalente a atividade da construção civil dos dias atuais. Obviamente, outras trocas se deram de forma secundária em função da empreitada e devido ao crescente e tumultuado ciclo do *pau-brasil* nas primeiras décadas.

3 - O CICLO DO PAU-BRASIL – PRIMEIRO CICLO ECONÔMICO DO BRASIL

O historiador, economista e escritor Roberto Cochrane Simonsen (1889:1948), em 1937, apresentou a tese de que “a história econômica do Brasil está dividida em ciclos” (BUENO, 2002, p. 37), classificando e nominando em: o ciclo do pau-brasil (1502-1859), o ciclo do açúcar (ou ciclo da cana-de-açúcar), o ciclo do ouro (ou da mineração) e, por último, o ciclo do café. Dos quatro ciclos econômicos apontados por Simonsen, a exceção do ciclo do pau-brasil, todos os demais ciclos permanecem – ainda que com menor representatividade e importância – coexistindo entre si. Embora atualmente tenha se descoberto o uso da madeira do *pau-brasil* para fabricação do arco de violino e algumas pesquisas na direção das propriedades medicinais da planta, a extinção do ciclo econômico como *pau-de-tinta*, coaduna com a quase extinção da espécie na flora brasileira (BUENO *et al.*, 2002, p. 259)

Poucos sabem, mas o ciclo do *pau-brasil* na cadeia econômica da tinturaria de tecidos perdurou três séculos e meio - 358 anos – (MANZANO, 2002 p. 232) convivendo ativamente

⁸ As primeiras instruções do Regimento eram: 1) fortificar a Vila Velha, 2) Punir exemplarmente os culpados pela morte do Capitão Pereira, 3) procurar o local adequado para a construção da cidade capital, 4) expulsar “os gentios do terreno e, finalmente, 5) iniciar a construção do *burgo* capital. (FALCÃO, 1949 p.30-32)

⁹ Extraoficialmente o “golfão da baía” que abriga a atual cidade do Salvador, já teria sido palco de inúmeras trocas com navios traficantes de outras bandeiras, entre eles seguramente os franceses mediados pelo suposto naufrago Diogo Alvares - o Caramuru - com os índios Tupinambás, Tapuias e Kiriris, exportando toros de pau-brasil (TAVARES, 2001) (MATTOSO, 1978) (MOOG, 2011 p. 137).

com os demais ciclos, até sofrer um golpe de misericórdia já na fase da decadência do ciclo quando, em 1856, o “químico inglês William Henry Perkin, de apenas 18 anos, sintetizou a malveína [corante artificial] decretando a obsolescência do primeiro ciclo econômico do Brasil” (BUENO, 2002, p.36) (ROQUERO, 2002 p.213). Até aquele momento da história econômica brasileira, o *pau-brasil* havia trilhado caminhos e descaminhos de muita controvérsia, espionagem, etnocídio, antropofagia, traição, batalhas, prejuízos, miscigenação, crises diplomáticas, etc, mas também uma expressiva história econômica.

Antes de conhecer as propriedades e utilidades do *Ibirapitanga* (pau vermelho na língua indígena Tupi), *boys Rouge* ou *brésil* para os franceses, os especialistas em tingimento de tecidos da Itália já utilizavam outro *pau-de-tinta* de origem Indiana (*Caesalpinia sappan*) – *pau-brazil* asiático - com registros nos anos de 1193 na cidade de Ferrera, 1221 e 1243 na Espanha, 1316 em Módena (MANZANO, 2002 p. 229), os quais eram trazidos para o continente europeu em lascas e depois transformados em pó. Assim, tão logo tenha se confirmado a utilidade similar do *pau-de-tinta* ocidental (*Caesalpinia echinata*), da costa brasileira – atuais estados do Rio Grande do Norte ao Rio de Janeiro - onde a árvore ocorria em milhares, iniciou-se uma intensa e tumultuada corrida ao “ouro vermelho” numa acirrada disputa entre holandeses e franceses contra “os direitos” dos colonizadores portugueses (BUENO, 2002, p.48). Numa época em que as nações autodeclaravam seus monopólios, a Coroa portuguesa, em 1501, se declara detentora do monopólio da exploração do *pau-brasil* ocidental, (MANZANO, 2002 p. 222).

O comércio do *pau-brasil* era um negócio bastante lucrativo, embora as atividades mercantis com a Índia, especialmente pelo alto valor da pimenta que não havia sido identificada no Novo Mundo, podiam render sete vezes mais que as excursões ao Brasil; contudo os desafios de contornar o Cabo da Boa Esperança entabulavam os maiores riscos e custos mercantis da época. Isso não significa que era barato enviar excursões mercantis à costa do Brasil, pelo contrário, os custos eram tão expressivos que só podiam ser financiados por associação de vários armadores, o que era uma prática muito habitual na época; tanto que baseado nesta lógica nasceu a Companhia das Índias Ocidentais - associação de armadores e comerciantes holandeses que financiava o tráfico batavo em toda a costa brasileira, que veio a invadir Recife e Salvador.

Os franceses e mesmo os portugueses adotavam a mesma estratégia de financiamento. Foi assim que o Rei D. João III, resolveu promover a primeira privatização brasileira, em 1502, arrendando – com exclusividade - a extração do *pau-brasil* a um consórcio de comerciantes, banqueiros e armadores capitaneados por Fernão de Loronha (1470:1540), que

por corruptela acabou mais conhecido como Fernando de Noronha (BUENO. 2002, P.24). Na primeira expedição, em 1506, com um carregamento de 20 mil quintais – 1200 toneladas - de *pau-brasil*, além de escravos indígenas e animais exóticos, com rendimento de até 600%. A intenção do *el rei* era promover as primeiras expedições e o amadurecimento do comércio do *pau-brasil* sem onerar as finanças reais, que por volta de 1500 estavam direcionadas para a Índia. Tão logo o grupo Noronha provou a lucratividade da exploração a Coroa resolve assumir ela própria as expedições, mas invariavelmente associada a comerciantes, armadores e banqueiros portugueses e estrangeiros.

Mas qual o motivador final da complexa cadeia econômica do *pau-brasil*? A vaidade humana. Quem nos traz esta resposta é a historiadora Ana Roqueiro em seu texto *Moda e tecnologia* (2002, p. 185-213). O vermelho, cor da suntuosidade, realeza e ostentação, era a cor da moda naqueles tempos.

Num diálogo cheio de significados atemporais registrado pelo viajante e pastor calvinista francês Jean de Léry (1958 apud BUENO. 2002 p.21) quando um velho Tupinambá procura saber por que vinham de tão longe, numa viagem tão sofrida, buscar tanta “lenha”; Léry responde:

no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que se possa imaginar, e um só deles compra todo o pau-brasil que possamos carregar.

O registro da resposta de Léry reflete os interesses que motivavam a “febre do ouro vermelho”. Na cadeia econômica do *pau-brasil*, o nativo sul-americano embrenhava-se nas matas, localizava, derrubava e reduzia a árvore em toros de até dois metros, transportavam-nas até às praias. Nas praias os toros eram marcados a ferro com o brasão da Coroa portuguesa, contabilizados e transferidas para pequenas embarcações e, a remos, conduzidas aos porões das naus e caravelas. Os navegadores levavam em média quatro meses para alcançar Lisboa, que alfandegava a carga e as remetia a Amsterdã – que detinha o monopólio de transformar os toros em pó – utilizando-se da mão de obra de prisioneiros das cadeias públicas holandesas. Já na forma de pó eram enviados aos mestres tintureiros a vários pontos da Europa, onde Florença era o maior centro. Os tecidos (linhos, sedas e lã) tingidos em cortiços insalubres com técnicas guardadas como segredo de estado, eram depois encaminhados aos “modistas” que criavam as peças com detalhes que podiam levar até fios de ouro e pérolas, encomendadas pelo público da alta sociedade (reis, clero, nobreza, cortesões, fidalgos e burgueses ricos).

Do lucro, o Brasil, especialmente os indígenas ficavam com espelhos machadinhas e uma flora cada vez mais devastada, enquanto o mesmo acontecia com a sua etnia. Se a carga chegasse a salvo nos portos europeus, os navegadores – quando não perdiam a vida – depois de um ou dois anos de expedição conseguiam ganhar o suficiente para subsistência de sua família por um ou dois anos. Os consórcios de armadores lucravam em torno 500% do que gastavam no custeio. A Coroa, em torno de 0% a 70%, dependendo do arranjo de concessão da Coroa, além da parte que lhe cabia quando ajudava no financiamento. Os holandeses – que segundo os historiadores teriam sido os que mais lucravam – transformavam a madeira em ouro em pó. Os tintureiros, na cadeia, só ganhavam mais que os índios. Já os comerciantes, que dominavam totalmente as últimas etapas se tornavam cada vez mais ricos, por isso, tinham tantos recursos para financiar as expedições e controlar toda a cadeia, justificando-se, como se diz no ditado daquela época: “ganhar na farinha de trigo, no macarrão e na macarronada.”

Entre controvérsias, exploração e lucro, o ciclo do pau-brasil financiou os primeiros povoamentos lusitanos na Terra de Santa Cruz, a começar por sua primeira capital e centralidade regional - a cidade do Salvador – até ser ultrapassado pelo ciclo do açúcar, que em suas entre safras reaqueria o mercantilismo do *pau-brasil*.

4 - A FUNDAÇÃO DA CIDADE DO SALVADOR - SÉCULO XVI – A FORMAÇÃO DE UMA CENTRALIDADE

Para a cidade do Salvador dos primeiros anos pós-fundação, onde as necessidades de trocas se davam em função dos insumos para a construção de uma nova cidade, sobrepondo as terras e o domínio dos valentes nativos Tupinambás, formando um novo povo, com novas relações socioeconômicas, sob a regência dos interesses estratégicos da Coroa portuguesa; os fluxos internacionais se davam – de forma oficial - com a metrópole lusitana, mas – de forma extraoficial – com expedições francesas, holandesas e espanholas que traficavam na costa brasileira. Embora a cidade fortaleza dos primeiros cinquenta anos (1549:1600) exercia um poder político e militar, não somente na dimensão local, mas principalmente na dimensão regional, centralizando o governo de todas as 15 capitanias brasileira que iam do atual Estado do Maranhão ao atual Uruguai, no aspecto de centralidade urbana (comércio varejista), as trocas eram inexpressivas nos primeiros anos, por motivos estritamente orgânicos da formação original da capital: a) Não existia ainda circulação de dinheiro – os impostos eram

pagos em geral com produtos agrícolas de subsistência e/ou de exportação e o salário dos trabalhadores (lembrar que a absoluta maioria dos trabalhos eram realizados por escravos!) eram pagos com utilidades (foices, machados, machadinhas, facas, anzóis, tesouras, enxadas, espelhos, etc.) – assim as trocas ocorriam majoritariamente por escambo. b) Todas as propriedades daquela época, inclusive o limiar imediato da cidade que se contavam em torno de oitocentos vizinhos, com mais ou menos a mesma quantidade de escravos (TAVARES, 2001 p. 123), eram autossuficientes e produziam tudo o que precisavam, e o pouco que porventura necessitassem era intercambiado via escambo; c) “o comércio era monopólio dos portugueses” (MOOG, 2011 p. 161) que, mais tarde, vai descobrir uma nova oportunidade de lucro sem trabalho, através do arrendamento do direito ao comércio, que vai ser intensivamente ocupado por estrangeiros – não portugueses – conforme acentua Caio Prado Júnior (apud MOOG, 2011 P. 161) “Até a Independência, e ainda em pleno Império, (...) o comércio brasileiro é exclusivamente estrangeiro, e dele são sistematicamente afastados os nacionais.”

Contudo, o *burgos* central se desenvolveu. Ainda em 1552,

seus dois principais núcleos de povoamento eram erigidos em freguesias: a freguesia da Sé, envolta por muros e fortificações, e a freguesia de N.S. da Vitória, nos campos, apenas protegida pela flora natural (MATTOSO, 1978 p. 100).

A estrada que ligava a Vila Velha - que nos dias atuais corresponderia, mais ou menos, com a Avenida Sete de Setembro - passando por algumas aldeias indígenas e pela freguesia da Vitória; a ligação com a enseada onde ficava a capela de N. S. da Conceição e o porto – atual Ladeira da Conceição da Praia (ver figura 1) - e o caminho que levava a Fonte do Pereira á partir do Paço Municipal - é um trecho da atual Ladeira da Montanha - eram as vias de grande movimento da vizinhança com a cidade forte. Enquanto que intra muros, no *burgos* da cidade alta, existiam 7 ruas projetadas, “das quais 4 eram longitudinais e 3 eram transversais” (MATTOSO, 1978 P.99). Destas, a rua mais importante era a Rua Direita do Palácio – atual Rua Chile – que ocupava a localização mais privilegiada, pois ligava os mais importantes pontos de acesso, ligava as duas principais praças – atual Praça Castro Alves e o Paço Municipal que correspondia ao centro administrativo da época – onde ficava a sede do Governo-Geral do Brasil. Na grande praça em que atualmente fica o acesso superior do Elevador Lacerda, e onde o Palácio do Governo ainda resiste como museu aberto ao público, segundo Mattoso (1978, p. 99), foi onde se localizou a primeira feira organizada da cidade, mas que “perdeu logo o caráter comercial para se tornar praça de parada de tropas e ponto de

encontro para os habitantes da soterópole.”, nunca mais retomou a condição de praça de comércio.

Naquele período transitório da história, Salvador começava delinear os dois circuitos de comércio que se tornariam a marca registrada da primeira cidade das américas: os circuitos da cidade baixa - desenvolvido no porto na linha do mar – e a cidade alta – no *burgos* construído em acrópole no alto da encosta. O isolamento natural imposto pela encosta íngreme de aproximadamente 70 metros de altura, além de proteger a acrópole dos ataques inimigos, protegia a cidade alta da balburdia, do mau cheiro, da gritaria do cais do porto; enquanto que as ladeiras cansativas e escorregadias que ligava as duas cidades, por ser evitada pelos ilustres moradores, acabava por sua vez preservando as atividades mais práticas e urgentes do cais do porto dos olhares e atitudes recriminativos da alta sociedade da cidade alta. Assim as duas centralidades irmãs, intra e interdependentes vão se completando, sem se misturar - bem distinguidas. Em 1959 o geógrafo Milton Santos vai chamá-las de circuito inferior da cidade baixa – voltada para os pobres – e o circuito superior na cidade alta – voltada para a vida dos ilustres da cidade com seus hábitos extravagantes onde se desenvolveu um comércio de luxo (SANTOS, 1959).

Salvador encerra o século XVI já enunciando a sua vocação de metrópole de centralidade múltipla, visto que além do subcentro da freguesia de N.Sra. da Vitória, outros subcentros surgem na periferia geral da capital, como o Campo da Palma e o bairro do Desterro. Ganha um novo acesso ligando o nível superior e o porto com a construção do caminho de carro – mais conhecido como ladeira da Preguiça – e também a ladeira do Tabuão, aumentando as possibilidades de mobilidade que a urbanidade crescente exigia. Os interesses da Igreja Católica acompanham o desenvolvimento dos interesses da Coroa, e antes de iniciar o novo século XVII, Salvador já tinha dois novos conventos, o de São Bento (1584) instalado no início do próspero caminho que levava a Vila Velha e de N. Sra. do Carmo (1586) no extremo oposto da cidade.

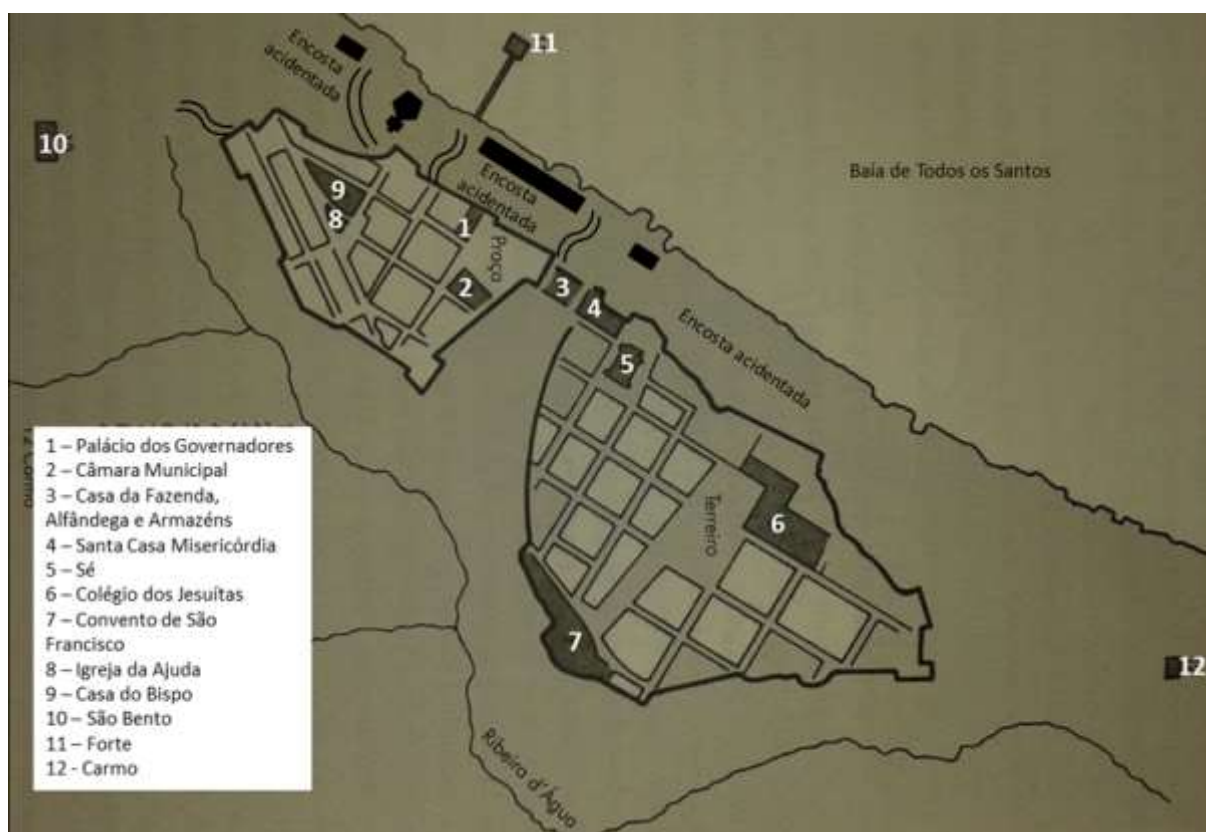
Mas a falta um mercado interno - condição básica para uma centralidade urbana de utilidade terciária - era francamente percebida pelos seus visitantes de acordo com o registro do Frei Vicente do Salvador (1627, p.04) á partir das queixas do Bispo Tacuman da Ordem de São Domingos, que se referindo as experiências de suas andanças pela Província do Brasil, dizia:

[...]que mandava comprar um frangão, quatro ovos, e um peixe, para comer, e nada lhe traziam: porque não se achava na praça nem o açougue, e se mandava pedir as ditas coisas, e outras muitas a casa particulares lhas mandavam, então disse ao o bispo verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não

é República, sendo-o cada casa; e assim é, que estando as casas dos ricos/ainda que a custa alheia, pois muito devem quanto têm/providas de todo o necessário, porque tem escravos, pescadores, caçadores, que lhes trazem a carne e o peixe, pipas de vinho e de azeite, que compram por junto¹⁰; nas vilas muitas vezes não se acham isto à venda. (grifos nossos)

A ampliação da planta oficial da cidade (*burgos*), em sua segunda etapa, vai atender antigos anseios da Santa Sé, com a construção da Igreja Sé e seu Palácio Episcopal, da Santa Casa Misericórdia, do Colégio dos Jesuítas e do Convento do São Francisco, ambos atendidos por praças amplas e relativamente planas – atuais Praça da Sé, Terreiro de Jesus e Praça do Cruzeiro de São Francisco. (MATTOSO, 1978, P.99). Esta ampliação ocorreu na direção norte, em direção ao Convento N.S. do Carmo.

Figura 1 - Planta da cidade do Salvador Século XVII – Núcleo primaz e 2ª etapa



Fonte: Theodoro Sampaio, 1949 – História e Fundação da cidade do Salvador (in TAVARES, 2001 p. 124).
 Digitalizado e relegendado pelo autor, 2015

Estas ruas e praças eram as vias que garantiam a mobilidade urbana da pré-metrópole, as quais foram fundamentais no desenvolvimento dos fluxos de trocas indispensáveis ao desenvolvimento da sua centralidade urbana e regional primitiva.

¹⁰ “que compravam por junto” era uma forma de dizer que compravam no atacado diretamente de Lisboa encomendado aos mercantilistas navegadores, eliminando a possibilidade de um varejo local.

Quanto aos “serviços”, era tudo mão de obra escrava – ameríndia neste momento da história e intensivamente negra a partir do Governo de Mem de Sá - Governador-Geral do Brasil entre de 1558 a 1572.

No âmbito da centralidade regional, segundo os registros históricos de Kátia Mattoso (1978 p. 61-83), podemos afirmar que ao longo de seu primeiro cinquentenário, Salvador – por possuir um mercado interno restrito e em desenvolvimento – consolidou sua centralidade a partir das condições favoráveis de múltiplos intercâmbios proporcionados pelo porto – com sua expressão de centralidade regional - no qual podemos considerar como o recurso urbano que projetava, segundo a lógica de Christaller, um serviço de longo alcance - o maior alcance do atlântico ocidental - visto que o Porto de Salvador centralizava o tripé das principais rotas marítimas da época: 1) Local, concentrando toda a navegação de pequenas embarcações que faziam a ligação econômica, social, política e militar com interior da Bahia, tendo a cidade de Cachoeira como o portão de acesso para o sertão; 2) Regional, como passagem obrigatória para todas as embarcações – mercantis ou militares – que atuavam no intercâmbio da costa ibero-americana; 3) Internacional, na ligação direta do Brasil com a Coroa portuguesa e como ponto de apoio nas rotas desta com as Índias e com boa parte da África, além das demais metrópoles portuárias europeias.

Dado a privilegiada condição de centralidade regional que exercia na época, Mattoso (1978 p. 61) chega a afirmar que Salvador era o “pulmão por onde respirava a colônia”:

Porto exportador e importador, a Bahia sempre ocupou os primeiros lugares entre os portos brasileiros. Dos motivos que para isto contribuíram destacam-se: a importância como cabeça política administrativa da colônia, primeiro, da Província e Estado mais tarde; sua localização no meio da extensa orla marítima brasileira e sua maior proximidade da Europa que os portos do Sul; sua diversidade na exportação de produtos primários como o açúcar, o tabaco, os couros, a farinha de mandioca, a aguardente, o algodão, e tantos outros; seu papel de redistribuidor de produtos importados. Mas sobretudo, sua facilidade de acesso para o abastecimento dos navios e seu ancoradouro, relativamente abrigado. As múltiplas funções e os bons desempenhos fazem de Salvador um lugar de encontro para embarcações de todo o tipo (MATTOSO, 1978 p. 61-62).

A excepcional vocação natural para as condições portuárias, bem como a localização geográfica no contexto global dos movimentos mercantis da época, onde a natureza também favorecia com as correntes marítimas na rota da Europa com a Índia e parte da África. Salvador que ora ocupava a condição de porto de escala de rota, ora como porto intermediário de trocas e ora como porto final no intercâmbio da Europa, Índias e da África, indicam que a Coroa portuguesa não poderia ter escolhido lugar mais apropriado para estabelecer o seu primeiro Governo Central fora das terras lusitanas europeias. Estas condições rapidamente

transforma Salvador como a mais importante centralidade regional do hemisfério sul daquela época, reverberando positivamente no contínuo crescimento urbano impulsionado pelos inúmeros intercâmbios que dado a condição portuária e sócio-política-econômica que Salvador usufruía.

Após Mem de Sá ter erradico o risco de ataque por terra dos nativos, os constantes ataques sofridos pelos engenhos de açúcar do Recôncavo, desde o século XVI, indicavam que o risco de ataque por mar era iminente. Exatamente o que aconteceu em 1624 quando Salvador foi facilmente invadida e ocupada por holandeses, segundo Tavares (2001, p.135) motivados por uma cruzada por comércio, visto que eram financiados por comerciantes holandeses da “Companhia das Índias Ocidentais” (2011, p. 136). Graças ao acordo da União Ibérica em 1580, Portugal pode contar com o apoio militar dos espanhóis expulsando os holandeses em 1625.

Até 1763, a cidade do Salvador conheceu o seu apogeu. Mas com a transferência da capital colonial para o Rio de Janeiro, a Bahia e sua capital inicia seu declínio com a perda de todos os ganhos a condição de capital colonial e de centralidade política e militar do continente (SPINOLA, 2009 p. 37).

6 - CONCLUSÃO

A influência cultural religiosa dos portugueses, que minou o seu interesse por estabelecimentos comerciais sustentáveis a médio e longo prazo, juntamente com a administração burocrática e centralizadora da Coroa portuguesa, retardaram a centralidade urbana terciária, que não conseguiu acompanhar o exponencial crescimento da centralidade regional, da qual era tributária.

Favorecida pela condição de centralidade colonial e regional, Salvador em seus primeiros dois séculos de desenvolvimento, foi transformando-se numa grande cidade, com um caldeirão cultural crescente e diversificado, mas com uma economia de baixo repertório, sustentada basicamente em produtos de subsistência, refletindo nas suas poucas oportunidades de trabalho que – ato contínuo – irão desencadear sérios problemas de massas desocupadas ao final do período de escravidão, decretando a matriz de um mercado interno pálido apesar de estar sempre entre as três capitais mais populosas do país. Alcançou a maturidade de centralidade urbana terciária como uma consequência inevitável, primeiro de sua centralidade

política/administrativa/militar e depois em consequência da condição de entreposto logístico pelo seu porto privilegiado; mas nunca por uma intencionalidade dos seus fundadores.

A cidade do Salvador, dado as suas condições históricas apresenta uma rara curiosidade, pois foi primeira capital política continental, antes de ser vila. Segundo Edgard Falcão (1949 p.28) já nasceu cidade e capital – *Oppidum* - e somente no final do seu cinquentenário é que veio a consolidar uma centralidade urbana terciária. Projetada intencionalmente para ser a primeira capital e a primeira grande cidade do continente americano, não teve a sua centralidade urbana terciária intencionada em sua concepção real lusitana e quiçá em seu mercado consumidor interno. Assim restou a Salvador o desenvolvimento de suas centralidades urbanas à sombra de sua condição de centralidade regional e colonial, tendo como resultado uma centralidade urbana tardia e limitada, dado ao seu mercado consumidor de baixo poder aquisitivo e de seu baixo repertório de atividades econômicas.

A cidade do Salvador, como se deu sua fundação e expansão no contexto dos interesses econômicos europeus é um exemplo clássico de que as cidades são fruto, antes de tudo, da regência dos interesses do capital internacional estabelecido.

REFERÊNCIAS:

ABRÃO, Bernadette Siqueira. **História da Filosofia**. São Paulo: Nova Cultura, 2004.

BUENO, Eduardo. **Nova viagem à Terra do Brasil - in Pau-Brasil**. São Paulo: Axis Mundi, 2002.

CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice Hall, 1933.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **A fundação da cidade do Salvador em 1549**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1949.

FERNANDES, Fernando Lourenço. **O enigma do pau-brasil - in Pau-Brasil**. São Paulo: Axis Mundi, 2002.

GUEDES, Max Justo. **La Terre du Brésil: contrabando e conquista - in Pau-Brasil**. São Paulo: Axis Mundi, 2002.

LIMA, Haroldo C. de, *et al.* **Pau-brasil: uma biografia - in Pau-Brasil**. São Paulo: Axis Mundi, 2002.

MANZANO, Nivaldo. **A madeira e as Moedas - in Pau-Brasil**. São Paulo: Axis Mundi, 2002.

MATTOSO, Kátia M de Queirós. Bahia: **A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. Salvador: Hucitec, 1978.

MOOG, Vianna. **Bandeirantes e Pioneiros – Paralelo entre duas culturas**. Rio de Janeiro: 22ª ed.- José Olympio Editora, 2011.

MONTAIGNE, Jean-Marc. **O índio ganha relevo** - in Pau-Brasil. São Paulo: Axis Mundi, 2002.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. **A urbanização periférica contraditória**. Salvador: 2007.

ROQUEIRO, Ana. **Moda e tecnologia** - in Pau-Brasil. São Paulo: Axis Mundi, 2002.

SALVADOR, Frei Vicente do. **Livro primeiro da história do Brasil – Em que se trata do descobrimento do Brasil, costumes dos naturais, aves, peixes, animais e do mesmo Brasil**. Bahia: 1627.

SAMPAIO, Theodoro. **História da Fundação da cidade do Salvador**. Salvador-Ba: Tipografia Beneditina, 1949.

SANTOS, Milton – **O centro da cidade de Salvador**. São Paulo: Edusp, 1959.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. Salvador: UNIFACS, 2003.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. **A trilha perdida. Caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX**. Salvador: UNIFACS, 2009.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP, 2001.